

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS DE POMBAL E O SEU TEMPO

Tomo II



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

PEDRO CALMON *

A REFORMA DA UNIVERSIDADE E OS DOIS BRASILEIROS QUE A PLANEJARAM

Compreendemos a reforma ousadamente feita em Portugal do ensino antigo, pelo marquês de Pombal, como a abertura valente das janelas ao século, lá fora resplandecente de novidades (e contradições) culturais, no Reino submetido à reacção classicista, oposta nas Universidades de Coimbra e de Évora à insurreição *racional*.

Que fosse o grande ministro del-rei D. José o promotor dessa *actualização* decidida, explica-se por sua experiência européia: precisava-se de quem viesse do estrangeiro aturdido pelo *iluminismo* reinante, com a coragem de acobertar na teoria *regalista* do Poder (segundo Bossuet) a *revolução mental* (seu contraste), movimentos cuja incompatibilidade, inevitável, conheceria o País em 1820. Quando lhe confiou o monarca a administração do Estado, sabia que o entregava a um diplomata impregnado da notícia inglesa do direito público e da consciência austríaca do patriarcado régio. Não podia ser um conformado, nem um tímido, em face das resistências tremendas à mudança, não acidental, mas estrutural, envolvendo o predomínio da Companhia de Jesus, desde D. João III responsável pelos métodos que presidiam à instrução colegial e universitária. Seria naturalmente um *reformista*, se contasse — como contou — com o apoio da Coroa. Aí está a condição do triunfo e da permanência do estadista, que dependeu para a sua acção formidável da complacência, da colaboração, do espírito, da parcialidade, da afeição e dos sentimentos do soberano. É o que a História não tem suficientemente esclarecido.

* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Inverteu-se com o tempo a hierarquia.

No monumento equestre do Terreiro do Paço ostenta-se D. José no esplendor do comando e o marquês se reduz ao medalhão plantado no pedestal. Já na estranha estátua da praça que lhe leva o nome, de pé, alteia ele a frente imperiosa, ao lado do leão simbólico (quem será a fera, o Povo, o Futuro, as «forças morais», o mundo?). É inútil descarregar-lhe a culpa da execução dos Távoras. Não a autorizaria sem a vontade ressentida do Rei, alvo da conspiração tramada para matá-lo. Prolongue-se a lógica dessa circunstância. Juntaram D. José e Pombal na guerra ao jesuíta. E graças ao prestígio ganho nas intimidades do governo pôde dispersar, com a rajada das ideias modernas, o velho processo de bacharelar a Nação, não conforme o cartesianismo e os filósofos recentes, senão de acordo com os peripatéticos — e os textos canónicos.

A modificação formidável dos estudos coimbrões é de 1772. Mas constitui isso menos a aurora da Idade nova do que o epílogo da luta contra a Companhia, expulsa em 1759, e logo a gramática latina do padre Manuel Álvares substituída pela do oratoriano, padre António Pereira de Figueiredo, compêndio «simples e racional» que até 1798 serviu ao ensino ministrado pelos professores régios.

Acabaram os *Colégios* tradicionais, chorados no Brasil por quantos neles tinham sido educados, ou seja, a nata da sociedade letrada. Ao contrário, embriagou-se de júbilo a Universidade pela vitória da opinião lúcida de Jacó de Castro Sarmiento (1737), Vernei (1747), António Nunes Ribeiro Sanches (1760). Esperava com ansiedade a *regeneração* da cultura, representada pelo experimentalismo científico, pelo abandono do direito romano em favor das Ordenações do Reino, pela lei da *boa razão* (1768), pela aplicação das matemáticas à engenharia ambiciosa, pela história natural, helenicamente presa à filosofia, a exigir a medicina o teatro anatómico, a botânica o horto demonstrativo, a legislação a pesquisa das fontes nacionais.

Houvera em Coimbra o costume de fazer-se anatomia nos carneiros e de concentrar-se em Bártolo, do século XIV, o comentário jurídico, como se fosse defeso o corpo humano à curiosidade médica e fechada à dialética a evolução legislativa... Tratava-se de banir a rotina, de importar o progresso, de arejar as escolas, de disciplinar o avanço universal do pensamento, sob a égide (ou o escudo de Minerva) — do Estado, interventor, planeador, responsável da ação, senão da reação futura.

Que pregavam os renovadores?

Antes de tudo, propusera Vernei, a oficialização, em vez da privatização do ensino. Para a obra de recriar a Universidade — como se fosse fundada de novo — munuiu-se de dois *brasileiros*, cuja inteligência e cuja atividade se estamparam nos Estatutos de 1772 e na remoçada fisionomia da Universidade, majestosa por fora, histórica por dentro, na combinação genial que o arquiteto coronel Guilherme Elsdén realizou, do traço setecentista do palácio pombalino com a velha *sala dos capelos*.

Falemos dos irmãos que projetaram e executaram a *reforma*.

Foi a 8 de Maio de 1770 nomeado o bacharel em cânones Francisco de Lemos de Faria para reitor da Universidade, por três anos.

Desembargador da Casa da Suplicação, deputado ao Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, da Real Mesa Censória, nascera no morgado paterno de Marapicu, no Rio de Janeiro (hoje Nova Iguaçu) a 5 de Abril de 1735.

Mais velho dez anos, o irmão, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho o ajudou a subir na carreira. Conhecia como raros o funcionamento da Universidade, em que fora *almotacé* pelo corpo académico e professor, de 1749 a 1754. Desembargador da Relação da Bahia, ficara na corte, retido pelo serviço do Rei, o que indica o apreço obtido de D. José e do seu grande ministro. Depois desembargador no Porto, logo da Casa da Suplicação, chegou a procurador geral da Santa Igreja e procurador da Coroa.

Com o reitor D. Francisco integrou a Junta da Providência Literária, incumbida, em 1771, de elaborar o plano da *reforma*, justificando no *Compêndio Histórico* a desejada estruturação.

Como procederam nesse árduo trabalho os Lemos, conta no seu *diário*, D. Frei Manuel do Cenáculo (pacientemente transcrito por Teófilo Braga no 3.º tomo da *História da Universidade de Coimbra*, pp. 398-414, Lisboa 1898).

Desempenhou-se o reitor do capítulo da Teologia; é de João Ramos o do Direito.

O *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo dos denominados jesuítas*, corresponde à base e à origem dos sonhados *Estatutos*, que de súbito humanizaram a medicina, aportuguesaram a jurisprudência, lançaram as pontes para as profissões construtivas (engenharia e arquitetura), abriram o céu ao *observatório astronómico*, festejaram a natureza no *jardim botânico*, separaram do primado pontifício a soberania real, impuseram a história do direito pátrio, com isso mudando o esquema ideológico dos cursos,

que perdiam a linguagem anacrónica, no latim eclesiástico, para captar as forças ambientes (e europeias) do *objetivismo* pleiteado pelos enciclopedistas e levado, nas asas da literatura, por Voltaire e Rousseau a todas as áreas da cultura livre.

A carta-régia de 28 de Agosto de 1772, que concedeu a Pombal plenos poderes para a... *fundação da Universidade*, remonta ao *Compêndio Histórico*, que mostrara «a total ruína em que se achavam as letras da dita Universidade, por efeito da destruição dos bons e louváveis Estatutos antigos, e da cavilosa e sinistra legislação, com que depois deles foram regulados os Estudos Públicos da mesma Universidade». Quer-se «nova e depurada legislação, a qual não só arrancasse e extirpasse as raízes de tantos delitos, vícios e maquinações de ignorância artificial, quantas eram as que na antiga legislação se continham: mas também que por meio de Regras e Métodos úteis e luminosos, segurasse para sempre e perpetuasse na mesma Universidade em estado florescente as Artes e Ciências».

Acrescenta a carta-régia: «ao que tendo dado inteiro cumprimento a mesma Junta (de Providência), pondo na minha Real presença os novos Estatutos para os Cursos da Faculdade Teológica, e Jurídica, e para os das Ciências Naturais e Filosóficas» — os aprovava o Rei pela Carta de Reboação de igual data, seguida da designação do Marquês para ir a Coimbra com poderes irrestritos. Mais do que uma comissão, era uma delegação. Como se em vez do ministro fosse o próprio monarca. Para «nela restabelecer as Artes e as Ciências contra as ruínas em que acham sepultadas», faria publicar os novos Estatutos, removeria «todos os impedimentos e incidentes» que se opusessem à «pronta e fiel execução deles», usaria (honrada reminiscência genealógica) de todos os poderes concedidos ao primeiro visitador da Universidade, seu quinto avô, Baltazar de Faria, em 1555, e — enormidade que personaliza em Pombal a recomposição escolar — «todos os mais poderes que os ditos senhores (Reis) costumavam reservar para si: Delegando-vos os que para os sobreditos fins me pertencem como Protetor da mesma Universidade e como Rei e Senhor soberano». E... «todos aqueles que considereis necessários...» (*Documentos da Reforma Pombalina*, publicados por Manuel Lopes d'Almeida, I, pp. 2-3, Coimbra, 1937).

Tem-se, pois, que a *reforma* se firmou na longa enumeração de erros e distorções do *Compêndio Histórico*, e dele saíram os Estatutos em boa parte lavrados pela pena sábia dos irmãos *fluminenses*. «Principal cooperador da reforma pombalina», João Ramos contribuiu, repita-se, com a da Faculdade de Leis «ele só faz o que pertence à parte jurídica». «E a seu

irmão o reitor da Universidade, Francisco de Lemos, se incumbem coordenar e ajuntar o que pertence a Matemática, Filosofia, Teologia e Medicina» (registou D. Frei Manuel do Cenáculo).

Três tarefas consecutivas teve o reitor: mandar embora, ressaltando-lhes as vantagens, os lentes cujas cátedras tinham sido abolidas, recrutar o quadro dos professores para as cadeiras criadas, e remodelar materialmente a Universidade, assim mudada do sopé às cimalthas.

Foi o realizador impecável desse tríplice e pesado trabalho, o rejuvenescimento docente, o apelo as competências, a fisionomia josefina do castelo remoto del-rei D. Dinis, que exigiu (troca simbólica) a demolição do campanário medieval da Sé Velha, com os sinos que perturbavam, nas aulas, a massa estudantil, para que em seu lugar se erguesse a torre suspendendo no alto a *cabra* — gárrula campana a compassar o horário da lição e da folga.

Reclamada pelo desafogo da área, essa opção, da torre multiseccular pela moderna e lírica (cantando aos ouvidos da rapaziada o hino da aplicação e do lazer), representava a superação da fase canónica pela barroca, regalista e civil, como se sobre os escômbros da velha Sé (e Coimbra do tempo piedoso da Rainha Santa) se levantasse o século dos fisiocratas, estampado dialeticamente na contradição cortezã de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal.

Tinha esta um nome. Chamava-se o *iluminismo*. E um instrumento: o *despotismo... iluminado*.

O espírito que invadiu a Universidade com o reitorado inteligente do bispo-conde de Arganil, D. Francisco de Lemos, foi o da remoção dos dogmas (a principiar pelos aristotélicos) em favor da liberdade, primeiro da razão (o *método*), depois das instituições (a sua consequência).

Quando se deu a *viradeira*, e o estadista que exterminara os jesuítas caiu no ostracismo cruel, cessou o governo universitário de D. Francisco, mas por ele, dignamente afastado dos que apedrejavam Pombal — quem se lembrou dos benefícios da reforma, dos professores liberais e da era nova, foi o corpo de alunos. A mocidade podia falar, como costuma, irreverente e tumultuosamente. Falou, com a sua sinceridade imprudente — num dos mais populares testemunhos de sua capacidade de sátira embutida na sua autenticidade rebelde.

É o *Reino da Estupidez* (também colaboração *brasileira* para a literatura coimbrã).

Muitos anos circulou, manuscrito, esse poema, devido a duas culminâncias da História luso-americana, o mineiro, de Paracatu, Francisco de Melo Franco, o paulista, de Santos,

O Marquês de Pombal

José Bonifácio de Andrada e Silva. Vulgarizou-o a edição de Barcelos, 1868.

Eram amigos, os estudantes que em 1784 decidiram insurgir-se contra o retrocesso, imposto às ideias pela censura oficial, sob o reinado de D. Maria I, brevemente impedida de continuar no trono pelos terrores do inferno (a sua fobia religiosa) e pelas ameaças da Revolução (a sua alergia política).

Tiveram saudades da brandura de D. Francisco de Lemos, do racionalismo pombalino, da época em que se abatia a tradição com os verbetes da Enciclopédia; e em versos sibilitantes atacaram a inércia mental — das Congregações reacionárias.

Imaginaram os jovens poetas a «mole Estupidez» reinstalada em Coimbra, a defrontar José Monteiro da Rocha (reformador dos estudos matemáticos), que a adverte com o panegírico do *Visitador* proscrito.

*Trazei, sábios ilustres, à memória
aquele tempo em que contentes visteis
entrar nesta Cidade triunfante
o grande, invicto e imortal Carvalho,
as vozes de seu Rei representando,
daquele sábio Rei, cujo retrato
inda agora me anima, e me dá forças.*

.....
*Visteis ao grã Marquês, qual sol brilhante
de escura noite dissipando as trevas,
a frouxa Estupidez lançar ao longe,
e erigir à Ciência novo trono
em sábios estatutos estribado.*

*Das vossas mesmas bocas retumbaram,
cânticos de louvor nestas paredes,
o triunfo cantastes na presença
do zeloso Ministro respeitado.
Que diferente linguagem hoje escuto? (Canto 3.º).*

Comete uma ousadia retórica: a invocação de Pombal, para que se apresentasse, como outrora, ao «claustro pleno»:

*Vem um instante aparecer agora
aqui nesta assembleia, e destas bocas
que em teu nome entoavam tantos hinos
ao heróico triunfo das ciências.
blasfemias ouvirás... Mas ah! não venhas*

A reforma da Universidade

*nem permitam os céus que tanto saibas,
que dor a tua, que aflição não fora
ver sem fruto as vigílias, os trabalhos,
que por zelo da Pátria padeceste!*

.....
*Se o mesmo, que então eras, hoje fosses,
quisera, ó Pai da Pátria, que tivessem
com a tua presença validade
as minhas vozes, o meu zelo ardente,
ainda reinará, com mágoa o digo,
na nossa Academia...*

A comparação dos novos estatutos com os de antigamente, a condenação das velhas matérias pelo conhecimento atual, o desagravo do Marquês que há dois anos morrera, isolado e triste, sem que lhe faltasse — isto sim! — a solidariedade de D. Francisco de Lemos na oração fúnebre latejam no poema temerário as emoções dos estudantes, que lamentam o desaparecimento do «zeloso ministro», e, adjetivando-o lindamente («grande, invicto e imortal Carvalho»), lhe retribuem a mudança e o palácio.

«O Reino da Estupidez» intromete na história da *Reforma* a adesão rumorosa da juventude. E ajuda a explicar a popularidade daquele reitor complacente, o douto bispo-conde, que a reacção sobrecarregou em 1779 — segunda vez reformador — e teve a glória de dirigir a Universidade até 1821.

Não o esqueceu a sua terra.

Quando, com a revolução de 1820, caía o absolutismo e se alçavam as Cortes loquazes e ingénuas (a sua maior conquista, a Constituição, o seu pior erro, a hostilidade ao Brasil) os eleitores do Rio de Janeiro o mandaram representar nas cortes de Lisboa a amada província. Comemorou, no necrologio, José Monteiro da Rocha: «a opulenta região do Brasil lhe deu o berço; e com justiça o Brasil se jacta menos do seu ouro e diamantes, do que haver produzido varão tão singular» (Oração fúnebre de D. Francisco de Lemos, citada por Pereira da Silva, *Os Varões Ilustres do Brasil*, I, p. 270). Dos irmãos Lemos, ambos da Academia das Ciências de Lisboa, recebeu esta trabalhos valiosos. Lembra-os a grande sepulcral em Coimbra; na sala da reitoria o retrato em corpo inteiro de D. Francisco, perto de lá, em Condeixa-a-Velha, rente à estrada, o palácio armoriado de João Pereira Ramos, resiste gloriosamente ao tempo. Visitamo-lo em 1952. Fora do banqueiro Soto-Maior, que se distinguia pelo gosto das artes. Naquele am-

O Marquês de Pombal

biente nobre paira a memória do jurisconsulto que desatou os laços góticos da Universidade e arquivou as glosas de Bartolo na solene tranquilidade da biblioteca, a mais rica e formosa da Europa. Sobre a alta porta o brasão dos Lemos recorda o *brasileiro* escondido na sombra enorme do marquês de Pombal.